



Concurso Público para provimento de cargos de
Especialista em Políticas Públicas I

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 002

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO2

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA 2

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**PROVA 2 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Ciência Política**

1. A Constituição Federal de 1988 consolidou vários avanços na Administração Pública, em especial no tocante à participação do cidadão. Entretanto, é vista também por muitos analistas como responsável por uma tendência ao enrijecimento burocrático, do qual constituem exemplos a
 - (A) subordinação dos entes descentralizados às mesmas regras de controle formal utilizadas na Administração direta.
 - (B) não delimitação das atribuições e competências da União, Estados e Municípios, gerando sobreposição de órgãos nas diversas esferas de governo.
 - (C) submissão das empresas estatais exploradoras de atividade econômica às mesmas regras da Administração direta, inclusive no que diz respeito à legislação trabalhista.
 - (D) generalização do procedimento licitatório também para os entes descentralizados, não obstante a exclusão, em relação aos mesmos, da regra do concurso público.
 - (E) ênfase no planejamento central, a aplicação de tetos remuneratórios e a obrigatoriedade de isonomia salarial.

2. O Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, criado em 1938,
 - (A) introduziu conceitos de planejamento e descentralização de atividades, sendo considerado o marco inicial do modelo de administração por resultados.
 - (B) terminou por não cumprir a sua missão de instrumento viabilizador da reforma administrativa, em face da grande ingerência política e da ausência de critérios técnicos na sua atuação.
 - (C) atuou, sobretudo nas suas fases iniciais, como um verdadeiro centro irradiador de influências renovadoras, com ênfase na administração orçamentária, de pessoal e de materiais.
 - (D) atuou como contraponto ao Estado Novo, neutralizando o intervencionismo estatal propugnado por aquele regime.
 - (E) concentrou seus esforços na reforma do sistema fiscal e orçamentário, com o objetivo de maximizar recursos para o intervencionismo público.

3. O modelo burocrático define-se, basicamente, como o tipo de organização apta a realizar de modo eficiente tarefas administrativas em grande escala, mediante trabalho racionalmente organizado. Constituem princípios administrativos típicos da burocracia
 - (A) flexibilidade gerencial, estruturação de carreiras e transparência orçamentária.
 - (B) especialização, autoridade hierarquizada, sistema de regras normativas e impessoalidade.
 - (C) organização por departamento, planejamento estratégico e autonomia funcional.
 - (D) critérios de mérito para seleção e promoção de funcionários, autonomia funcional e sistemas de controle de resultados.
 - (E) processos decisórios horizontalizados, rotina administrativa e promoção de funcionários por mérito e por antiguidade.

4. O Decreto-Lei nº 200, que embasou a reforma administrativa de 1967,
 - (A) promoveu planos regionalizados de fomento à indústria.
 - (B) estabeleceu mecanismos de controle de resultados e avaliação de desempenho dos entes descentralizados.
 - (C) desencadeou um movimento de centralização progressiva das decisões no Executivo Federal, sob o controle do congresso.
 - (D) introduziu uma política patrimonialista, fundada em parcerias com o setor privado.
 - (E) possibilitou a transferência de atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, visando a alcançar a descentralização funcional.

5. O paradigma pós-burocrático, subjacente ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de 1995,
 - (A) sustenta o esgotamento das estruturas organizacionais permanentes, propondo a sua substituição por pequenas organizações autogestionárias, assentadas no planejamento normativo.
 - (B) propõe a substituição da racionalidade administrativa pelo estímulo à iniciativa e à criatividade dos funcionários e à verticalização dos processos.
 - (C) baseia-se em novos conceitos de administração e eficiência, adoção de estruturas descentralizadas e controle *a posteriori* dos resultados, em lugar do controle rígido dos processos administrativos.
 - (D) propõe a reformulação das hierarquias funcionais, com a expansão das chefias intermediárias e redução dos cargos de direção centralizada.
 - (E) procura demonstrar a superioridade das tecnologias administrativas baseadas na gestão orçamentário-financeira, com ênfase na estrutura organizacional hierarquizada.



6. O Estado do Bem-Estar Social, também denominado *Welfare State*, consolidado no período pós-guerra, caracterizou-se pela
- (A) nítida separação entre a esfera pública e a privada, cabendo ao Estado exclusivamente a prestação de serviços públicos e ao setor privado os investimentos em setores produtivos.
 - (B) redução do papel governamental nas políticas sociais.
 - (C) preservação das liberdades individuais, assistência aos menos favorecidos e ausência de intervenção estatal no setor econômico.
 - (D) forte atividade regulatória e de fomento, com ênfase no setor de defesa.
 - (E) intervenção direta do Estado no setor econômico, principalmente para viabilizar investimentos de grande vulto em setores estratégicos.
-
7. A respeito do denominado Consenso de Washington, é correto afirmar que
- (A) corresponde ao pacto firmado pelos países em desenvolvimento, no final dos anos 1980, seguido das diretrizes de ajuste fiscal propostas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI.
 - (B) trata-se de uma pauta de recomendações aos países em desenvolvimento, como solução à crise econômica enfrentada no início dos anos 1980, propondo a ampliação de investimentos estatais nos setores produtivos.
 - (C) significa o pacto firmado entre Estados Unidos e Inglaterra, propondo uma agenda de investimentos em países em desenvolvimento.
 - (D) identifica-se com o ideário neoliberal, que propugna o ajuste fiscal e a retirada do Estado de atividades não essenciais, com privatização.
 - (E) corresponde ao documento firmado pelos países integrantes do Fundo Monetário Internacional – FMI, no início dos anos 1970, objetivando socorrer os países em desenvolvimento que enfrentavam crises econômicas.
-
8. O Programa Nacional de Desburocratização, implantado no início dos anos 1980, idealizado pelo Ministro Hélio Beltrão, caracterizou-se
- (A) pela retomada dos conceitos contidos no Decreto-Lei 200, de 1967, buscando, assim, a atuação administrativa centralizada, sem, no entanto, deixar de lado a dimensão política do governo.
 - (B) pelo caráter desenvolvimentista, com a introdução, no setor público, de alguns estilos gerenciais baseados nos modelos e princípios administrativos do setor privado.
 - (C) pela diminuição do peso das instituições burocráticas nos serviços públicos, procurando retomar alguns procedimentos formais da rotina administrativa.
 - (D) por focalizar o usuário do serviço público e divulgar amplamente seus princípios norteadores, concentrando-se na produção de mudanças no comportamento e na atuação da burocracia pública.
 - (E) pela implementação por intermédio de uma sólida base parlamentar de apoio, o que lhe forneceu condições inéditas de sustentabilidade.
-
9. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), sob a direção do Ministro Bresser Pereira, contemplou, entre seus principais objetivos e diretrizes,
- (A) a reforma do Estado, mediante a substituição do modelo burocrático pela administração gerencial, com foco no cidadão, prescindindo, assim, de sistemas de controles *a priori* e *a posteriori*.
 - (B) propiciar a reforma do Aparelho do Estado, estabelecendo condições para que o Governo possa aumentar sua governança, fortalecendo as funções de coordenação e regulação.
 - (C) o fortalecimento do núcleo estratégico do Estado, com a modernização das estruturas organizacionais, ampliando e fortalecendo os sistemas centralizados de controle de processos.
 - (D) aumentar a eficiência da gestão pública, privilegiando e fortalecendo os sistemas de controle *a priori* da atividade administrativa.
 - (E) a profissionalização dos setores estratégicos da Administração e a ampliação da participação direta do Estado nos diversos setores da sociedade e da economia.
-
10. Pode-se apontar entre as motivações para o movimento levado a efeito na esfera federal pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, no início dos anos 1990,
- (A) a crise fiscal, caracterizada pela crescente perda de crédito por parte do Estado e pelo esgotamento da poupança pública, o que ensejou a privatização de empresas estatais exploradoras de atividade econômica.
 - (B) a necessidade de implementação de uma política de ajuste fiscal, como consequência do cumprimento de obrigações com organismos internacionais, implicando a redução do Aparelho do Estado, bem como do setor público não-estatal em função do esgotamento das fontes de financiamento.
 - (C) o esgotamento do modelo de Estado prestador direto de serviços públicos, enfatizando-se a privatização de empresas estatais, desonerando o Estado da responsabilidade pela disponibilização de tais serviços aos usuários.
 - (D) a intenção de ampliar a intervenção do Estado no domínio econômico, dada a crescente demanda da sociedade por bens e serviços públicos, do que resultou a profissionalização e a ampliação do Aparelho do Estado.
 - (E) a retirada do Estado de diversos setores da sociedade, reduzindo-se seu papel de prestador direto de serviços públicos e de agente de fomento da atividade econômica.



-
11. A divisão clássica dos sistemas de governo corresponde a
- (A) democracia e aristocracia.
 - (B) democracia representativa e democracia direta.
 - (C) república e monarquia.
 - (D) parlamentarismo e presidencialismo.
 - (E) ditadura e democracia.
-
12. Ao longo da história, o modelo de Estado veio sofrendo transformações. Nesse sentido, é correto afirmar que
- (A) o período posterior à segunda guerra mundial foi marcado pelo esforço de reconstrução social e econômica dos países, florescendo, a partir de então, a forte intervenção estatal, com vistas a prover os bens e serviços necessários, que, paradoxalmente, ficou conhecido como Estado Liberal.
 - (B) o Estado Liberal destacou-se por seu caráter garantidor das liberdades individuais, em contraposição ao precedente regime absolutista.
 - (C) o Absolutismo precedeu o Estado do Bem-Estar Social, cujo esgotamento levou ao modelo de Estado democrático, este último também denominado Estado Mínimo.
 - (D) o denominado Estado Mínimo precedeu o Estado do Bem-Estar Social e caracterizou-se pela ausência de intervenção do Estado na esfera privada.
 - (E) o Estado do Bem-Estar Social, também denominado *Welfare State*, surgiu como reação às teorias neoliberais que ganharam força no final dos anos 1970 e nas quais se baseava o modelo de Estado Mínimo.
-
13. No que diz respeito às teorias sobre a democracia, é correto afirmar que
- (A) dividem-se em teoria clássica e moderna, sendo que a primeira, com origem na Grécia, propunha a democracia como o governo dos mais capacitados, advindo daí o conceito de elite, e a segunda, surgida no período da Revolução Francesa, prega o governo por todos os cidadãos.
 - (B) evoluíram a partir da idéia de democracia representativa, fundada na tradição romano-medieval, para a democracia direta, baseada no conceito de soberania popular.
 - (C) tiveram origem com Aristóteles, que considerava a democracia como a única forma pura de governo, em contraposição à monarquia.
 - (D) tiveram origem com Hobbes, no Estado Moderno, contrapondo a monarquia à república e considerando esta última a expressão da democracia.
 - (E) a teoria clássica, divulgada como teoria aristotélica, a considera como governo dos cidadãos, distinguindo-se da monarquia, como governo de um só, e da aristocracia, como governo de poucos.
-
14. Os modelos de Estado federal e unitário correspondem, no caso do Estado
- (A) federal, à ideia de soberania exclusiva dos entes federados, com poder de autodeterminação política, inclusive com eleição de seus próprios governantes.
 - (B) unitário descentralizado, também denominado modelo confederativo, à ideia de descentralização administrativa e política.
 - (C) federal, à ideia de descentralização política, inclusive com autonomia de produção do próprio direito.
 - (D) unitário, à total ausência de autonomia política e administrativa dos entes regionais.
 - (E) federal, à ideia de descentralização administrativa ou funcional, com autonomia aos entes federados, exceto no que diz respeito à produção do próprio direito.
-
15. O contratualismo é uma das escolas que busca explicar os fundamentos do Estado. O contratualismo
- (A) tem entre seus principais idealizadores Thomas Hobbes e baseia-se no pacto associativo por meio do qual os indivíduos renunciam ao “estado de natureza” e se submetem ao poder do Estado.
 - (B) tem entre seus principais idealizadores Rousseau e Marx e baseia-se no pacto de submissão, a partir do qual os indivíduos passam do “estado de natureza” ao “estado social”.
 - (C) considera o Estado um “mal necessário”, decorrente da necessidade de proteção do indivíduo contra as forças da natureza.
 - (D) propõe um pacto de adesão do indivíduo ao poder político e, em troca, a preservação do denominado “estado de natureza”.
 - (E) baseia-se nas ideias de Platão e Aristóteles e sustenta que a única forma de poder legítimo é aquela que decorre do pacto associativo entre os indivíduos.
-



16. A Reforma Administrativa implementada durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-45) trata-se de uma reforma
- (A) burocrática, inspirada nos conceitos então vigentes nos países desenvolvidos, que, todavia, acabou por não se concretizar em função da falta de controles rígidos e centralizados.
 - (B) de inspiração liberal, inspirada em conceitos então vigentes na Inglaterra e nos Estados Unidos, considerada o embrião da administração gerencial no Brasil, em função da flexibilidade de atuação da Administração indireta.
 - (C) patrimonialista, que não incentivava a contratação de servidores por concurso público e tampouco a promoção por mérito, com ênfase na centralização administrativa.
 - (D) gerencial, com ênfase no treinamento do servidor público e avaliação pelo sistema de mérito, bem como na descentralização da atividade administrativa, com a criação da primeira autarquia no Brasil.
 - (E) burocrática, com ênfase no sistema de mérito para ingresso e promoção no serviço público, bem como no orçamento como plano de trabalho e padronização das normas para aquisição de material.
-
17. A Reforma Administrativa implementada a partir de 1967, durante o regime militar, caracterizou-se como
- (A) uma reforma desenvolvimentista, que visava superar os princípios rígidos da administração burocrática, que constituíam-se em um empecilho ao desenvolvimento econômico do país, garantindo maior autonomia às entidades integrantes da Administração indireta.
 - (B) um retrocesso ao sistema patrimonialista de Administração pública, com práticas clientelistas, que geraram um verdadeiro “aparelhamento” da Administração e ineficiência da Administração indireta.
 - (C) uma reforma burocrática, com ênfase em controles rígidos, tanto para a Administração direta como indireta, fundados, basicamente, na exigência de concurso público e realização de licitação.
 - (D) uma reforma burocrática, propiciando o fortalecimento da Administração direta, e o seu alinhamento com o regime autoritário, enfatizando a rígida estruturação das carreiras.
 - (E) uma reforma gerencial, de inspiração norte-americana, que buscou flexibilizar, ao menos em relação às entidades da Administração indireta, critérios de seleção, promoção e avaliação de pessoal, bem como aquisição de bens e materiais.
-
18. A busca por uma administração pública gerencial e as propostas de flexibilização da administração pública previstas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado basearam-se, inicialmente, na divisão do aparelho do Estado em setores, de acordo com suas atividades e funções, a saber:
- (A) atividades exclusivas do Estado, que correspondem às atividades legislativa, judiciária, de regulação e de fomento; atividades não-exclusivas do Estado, que correspondem aos serviços públicos que podem ser prestados pela iniciativa privada, sob regime de concessão ou permissão, e atividades exclusivamente privadas, que correspondem às atividades sujeitas à competição no mercado, que devem apenas ser reguladas pelo Estado.
 - (B) atividades estratégicas, que correspondem àquelas reservadas exclusivamente ao Estado, como as atividades legislativa, judiciária, de fiscalização e de regulação e atividades não-estratégicas, que podem ser compartilhadas com a iniciativa privada, sejam serviços públicos ou atividades econômicas, sempre sob a fiscalização e regulação do Estado.
 - (C) núcleo estratégico, que corresponde à instância na qual são definidas as leis e as políticas públicas; atividades exclusivas do Estado, que correspondem à regulamentação, fiscalização e fomento; serviços não exclusivos, que não demandam poder do Estado, como educação e saúde, e produção de bens e serviços para o mercado, que engloba o setor que preferencialmente deve ser privatizado.
 - (D) núcleo estratégico, que corresponde aos serviços públicos de natureza essencial, como saúde e educação, e que devem ser prestados pelo Estado; atividades não-exclusivas, que dizem respeito àquelas que podem ser prestadas sob regime de concessão ou permissão, como rodovias e atividade de natureza econômica, que deve ser reservada à iniciativa privada, propondo a retirada do Estado da sua exploração.
 - (E) núcleo estratégico, que corresponde às atividades legislativa, judiciária e de definição de políticas públicas; núcleo tático, que corresponde às atividades administrativas ordinárias, e atividades não-exclusivas do Estado, que correspondem a todas aquelas que podem ser prestadas pela iniciativa privada, sob regime de concessão ou permissão ou sob regulação estatal.
-
19. Governança e governabilidade são conceitos imbricados, porém não coincidentes, a respeito dos quais é correto afirmar que
- (A) correspondem, ambos, à forma de atuação do Estado e da administração para a consecução dos objetivos públicos, sendo governança, contudo, um conceito mais restrito, na medida em não diz respeito ao denominado aparelho administrativo.
 - (B) a crise de governabilidade está relacionada com a ideia de reforma do aparelho do Estado, enquanto a crise de governança com a ideia de reforma do próprio Estado.
 - (C) correspondem, ambos, às condições políticas para a atuação administrativa, porém governança é um conceito mais amplo, que engloba também o papel do Estado de regulação da atividade econômica.
 - (D) governança diz respeito aos pré-requisitos institucionais para a otimização do desempenho administrativo, enquanto governabilidade diz respeito às condições políticas em que se efetivam as ações administrativas, tais como legitimidade e credibilidade.
 - (E) governabilidade é a forma como o aparelho estatal implementa as políticas públicas definidas pelo Governo e governança, por seu turno, corresponde ao alinhamento dessa atuação com as condições políticas vigentes.



20. O modelo de Estado contemporâneo, surgido a partir dos anos 1980, ao influxo do movimento de globalização, tem, entre as suas principais características,
- (A) retirada do Estado do papel de prestador de serviços públicos, privatização em larga escala e fortalecimento da democracia Weberiana.
 - (B) forte intervenção no domínio econômico, “enxugamento” da máquina administrativa e transferência de atividades para entidades integrantes do terceiro setor.
 - (C) foco no cidadão, transparência, responsabilidade fiscal, ênfase nas atividades de regulação e fomento e retomada do modelo burocrático da Administração pública.
 - (D) ênfase nas atividades de regulação e fomento, mecanismos de cooperação com as entidades do terceiro setor, transparência e foco no cidadão.
 - (E) descentralização administrativa, mecanismos de participação da sociedade, transparência, responsabilidade fiscal e prevalência do setor público na prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica.

Economia

21. Em um mercado de concorrência perfeita, as funções de demanda e de oferta do bem X são dadas pelas retas a seguir:

$$Q_d = 1.600 - 40 P$$

$$Q_o = -100 + 10 P$$

Onde:

Q_d = quantidade demandada do bem X a um determinado preço P

Q_o = quantidade ofertada do bem X a um determinado preço P

P = preço do bem X

É correto afirmar que o preço de equilíbrio do mercado, a quantidade transacionada no mercado ao preço de equilíbrio e o excedente do consumidor, calculado no preço de equilíbrio, são, respectivamente:

- (A) 30, 200 e 1.440
 - (B) 30, 300 e 1.240
 - (C) 30, 400 e 720
 - (D) 34, 240 e 720
 - (E) 34, 400 e 360
-
22. Considere as afirmações a seguir, relativas às falhas de mercado, ou seja, situações em que o mercado, por si só, NÃO alocará eficientemente os recursos:
- I. Em um mercado oligopolista, os preços praticados no mercado serão superiores ao custo marginal da produção, porque os produtores têm maior poder de barganha que os consumidores.
 - II. Uma das características dos bens públicos é a de serem fornecidos coletivamente, fato que implica o seu pagamento apenas por quem quiser consumi-los, por meio das cobranças de taxas.
 - III. Ocorrem externalidades quando a ação de um agente econômico beneficia outros agentes econômicos sem que estes últimos tenham que pagar por isso, portanto, todas as externalidades são positivas.
 - IV. Bens semipúblicos apresentam externalidades positivas para a sociedade.
 - V. Existe seleção adversa quando os produtos de boa qualidade expulsam do mercado os produtos de menor qualidade, prejudicando os produtores desses últimos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e V.
- (D) III e IV.
- (E) IV e V.



23. Sobre os agregados monetários e as contas do Sistema Monetário, é correto afirmar:
- (A) O passivo monetário do Banco Central corresponde à soma do papel-moeda em circulação com as reservas bancárias.
 - (B) Quando um banco desconta cambiais (direitos em moeda estrangeira) em poder de um exportador residente no país, tudo o mais constante, então os meios de pagamento da economia aumentam.
 - (C) Se a base monetária aumenta 20% e o multiplicador dos meios de pagamento permanece constante e igual a 5, os meios de pagamento dobrarão de valor, ou seja, aumentarão 100%.
 - (D) Se os bancos somente guardassem a moeda depositada, ou seja, não fornecessem crédito baseados na premissa que nem todos irão sacar ao mesmo tempo, o valor do multiplicador bancário seria igual a 0 (zero).
 - (E) O valor do multiplicador dos meios de pagamento é uma função direta da proporção encaixes totais sobre depósitos à vista nos bancos comerciais e inversa da proporção de moeda retida pelo público sob a forma de depósitos à vista nos bancos comerciais.

24. Para impedir a elevação das taxas de inflação, o Poder Executivo Estadual decide reduzir a tarifa do transporte de trens metropolitanos realizado pela empresa da qual não é acionista majoritário, mas onde detém os principais cargos decisórios. Nesse caso,
- (A) ocorre naturalmente a quebra de monopólio do setor de transportes, uma vez que outros concorrentes podem se instalar e oferecer o serviço a um preço semelhante ao praticado antes da redução de tarifas.
 - (B) surge o problema do risco moral pois, com a prática de tarifas reduzidas, os consumidores passam a suspeitar da falta de manutenção dos trens e optam por não mais utilizar o serviço, levando a empresa inexoravelmente à falência.
 - (C) surge o problema da relação agente-principal, já que há um conflito entre a redução de tarifas, decidida pelos gestores da empresa, e o objetivo de maximização dos lucros buscado pelos acionistas.
 - (D) são geradas externalidades negativas, pois a redução do custo de transporte para os trabalhadores não implica benefícios na formação dos preços de outros bens e serviços.
 - (E) o mercado funciona da forma mais eficiente possível, pois o serviço está sendo oferecido a um preço inferior a seu custo.

25. Uma determinada economia apresentou as seguintes transações com o exterior num determinado ano:

– Exportação de Mercadorias (FOB)	R\$ 3.000,00
– Importação de Mercadorias (FOB)	R\$ 2.400,00
– Fretes e Seguros Pagos	R\$ 600,00
– Fretes e Seguros Recebidos	R\$ 400,00
– Lucros e Juros Remetidos Liquidamente para o exterior	R\$ 800,00
– Doações Líquidas Recebidas	R\$ 200,00
– Empréstimos Externos Recebidos	R\$ 900,00
– Empréstimos Efetuados ao Exterior	R\$ 500,00

Logo, os saldos do Balanço de Transações Correntes (BTC) e do Balanço de Pagamentos (BP) dessa economia nesse ano foram, respectivamente,

- (A) R\$ –100,00 e R\$ –100,00
- (B) R\$ +200,00 e R\$ +50,00
- (C) R\$ –400,00 e R\$ +200,00
- (D) R\$ –300,00 e R\$ +50,00
- (E) R\$ –200,00 e R\$ +200,00



26. De acordo com a teoria keynesiana,
- (A) a política fiscal é ineficaz em termos da promoção de movimentos econômicos anticíclicos.
 - (B) o papel da moeda é apenas o de facilitar as transações e servir de reserva para situações de emergência dos agentes econômicos.
 - (C) a renda dos agentes econômicos é integralmente destinada ao consumo.
 - (D) o desemprego da economia surge devido à rigidez dos salários reais.
 - (E) a eficiência marginal do capital e a taxa de juros são determinantes do volume de investimentos da economia.

27. A tabela a seguir mostra a evolução do montante do superávit primário total do governo federal brasileiro e do Banco Central do Brasil, mensurado pelo conceito da Necessidade de Financiamento do Setor Público – NFSP.

Ano	R\$ milhões
1994	18.207,08
1995	1.722,84
1996	-739,53
1997	-8.309,52
1998	106,30
1999	31.087,42
2000	38.156,94
2001	43.654,66
2002	52.390,10
2003	66.172,96
2004	81.111,74
2005	93.505,03
2006	90.144,14
2007	101.606,40
2008	118.037,40

A esse respeito, é correto afirmar:

- (A) Embora fosse crescente, a meta de superávit primário não foi alcançada, impedindo o controle do crescimento da dívida pública.
 - (B) Um dos fatores que contribuiu para o crescimento do superávit primário foi a ampliação da carga tributária por meio de contribuições sociais que não precisam ser partilhadas com outros entes da federação.
 - (C) Os crescentes superávits primários foram alcançados por meio da redução das despesas de pessoal.
 - (D) Grande parcela dos superávits foram destinados a investimentos em infraestrutura, notadamente em saneamento básico e transportes.
 - (E) O crescimento econômico dos últimos anos em nada contribuiu para ampliar o superávit primário, pois a sonegação e a informalidade da economia brasileira impediram o crescimento da arrecadação tributária.
28. Considere as assertivas abaixo.
- I. A teoria do consumidor depende da formulação da hipótese de que os agentes econômicos são capazes de ordenar as cestas de bens em termos de sua utilidade, formando assim um mapa de preferências do consumidor.
 - II. Há ampliação da mais valia absoluta quando ocorre aumento da produtividade na produção dos bens necessários à satisfação das necessidades dos trabalhadores e ampliação da mais valia relativa quando ocorre expansão da jornada de trabalho.
 - III. De acordo com a teoria do valor-trabalho, o valor de cada bem pode ser reduzido ao custo do trabalho necessário à sua produção. Já a teoria subjetiva do valor afirma que o valor dos bens é atribuído conforme a avaliação dos consumidores quanto ao grau de substitutibilidade entre os bens.
 - IV. Diz-se que há um monopólio natural quando, por questões de escala mínima, uma única empresa se instala para fornecer determinado bem ou serviço, sendo capaz de atender plenamente o mercado consumidor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.



29. Acerca da evolução da economia brasileira nas últimas décadas, é correto afirmar:
- (A) No II PND o crescimento econômico se apoiou na abundância de capitais estrangeiros, os quais puderam financiar a implantação das indústrias de bens de consumo durável e a concessão de crédito aos consumidores.
- (B) O período do "Milagre Econômico" permitiu que o país se preparasse para enfrentar a crise do petróleo, pois foram feitos pesados investimentos na pesquisa de biocombustíveis, tornando o Brasil exportador de tecnologia neste setor.
- (C) O principal objetivo do Plano de Metas foi promover o aumento do nível de emprego por meio da construção de moradias populares.
- (D) A política de minidesvalorizações cambiais diárias, adotada na década de 1980, visava manter fixa a taxa de câmbio real e, dessa maneira, manter elevado o nível das exportações e do saldo comercial.
- (E) Os planos de combate à inflação adotados na segunda metade da década de 1980 não foram bem sucedidos porque partiam de um diagnóstico equivocado, isto é, consideravam tratar-se de inflação inercial, quando na realidade o país experimentava inflação de custos.

30. A tabela a seguir mostra a evolução do saldo da balança comercial brasileira.

Ano	Balança Comercial (FOB) (US\$ milhões)
1994	10.466
1995	-3.466
1996	-5.599
1997	-6.753
1998	-6.575
1999	-1.199
2000	-698
2001	2.650

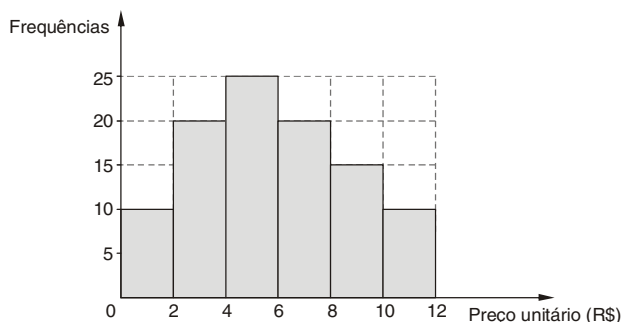
Ano	Balança Comercial (FOB) (US\$ milhões)
2002	13.121
2003	24.794
2004	33.641
2005	44.703
2006	46.457
2007	40.032
2008	24.746

A esse respeito, é correto afirmar:

- (A) Os expressivos superávits comerciais observados entre 2003 e 2007 são explicados, em grande medida, pela fase de forte crescimento econômico mundial, com a expansão da demanda por bens como soja e aço.
- (B) A retração do superávit comercial em 2008 pode ser explicada pela forte ampliação das importações brasileiras, já que com a crise financeira internacional diversos países reduziram os preços dos bens por eles produzidos para evitar o acúmulo de estoques.
- (C) O déficit comercial observado no período do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso é consequência da elevada importação de máquinas e equipamentos destinados à modernização do parque industrial siderúrgico.
- (D) O déficit comercial de 1999 é prova inequívoca de que não há relação entre o saldo comercial e o comportamento da taxa de câmbio, já que naquele ano houve uma maxidesvalorização cambial.
- (E) Como a política monetária do governo Luiz Inácio Lula da Silva tem se pautado por taxas de juros elevadas, é lícito afirmar que o saldo comercial responde positivamente à taxa de juros.

Estatística

Instruções: Para responder às questões 31 e 32 utilize as informações do histograma de frequências absolutas abaixo correspondente à distribuição dos preços unitários de venda de determinado componente eletrônico comercializado no mercado. Considere para as resoluções que os intervalos de classe são fechados à esquerda e abertos à direita.



31. Calculando o valor da média aritmética dos preços unitários (considerando que todos os valores incluídos num certo intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio deste intervalo) e o valor da mediana por interpolação linear, obtém-se que o módulo da diferença entre esses dois valores é
- (A) R\$ 0,20
- (B) R\$ 0,40
- (C) R\$ 0,50
- (D) R\$ 0,60
- (E) R\$ 0,80



32. O valor da moda da distribuição (Mo) obtida através da fórmula de Czuber:

$$Mo = l_i + h \frac{f_{mo} - f_{ant}}{2f_{mo} - (f_{ant} + f_{post})}$$

Em que: l_i = limite inferior da classe modal
 h = amplitude da classe modal
 f_{mo} = frequência da classe modal
 f_{ant} = frequência da classe anterior à classe modal
 f_{post} = frequência da classe posterior à classe modal

é igual a

- (A) R\$ 4,60
(B) R\$ 4,65
(C) R\$ 4,70
(D) R\$ 4,75
(E) R\$ 5,00
33. Com relação às definições e propriedades das medidas de posição, é correto afirmar:
- (A) A média harmônica de um conjunto de valores, todos diferentes de zero, é igual ao inverso da média aritmética deste conjunto de valores.
(B) Dois conjuntos de valores que possuem o mesmo número de elementos e com o mesmo produto têm a mesma média harmônica.
(C) A média geométrica de um conjunto de valores é sempre maior que a média aritmética deste conjunto de valores.
(D) Multiplicando todos os n valores de uma sequência de números por uma constante K ($K > 0$), a média geométrica dos novos valores fica igual a anterior multiplicada por K^n .
(E) Dividindo cada valor de um conjunto de números estritamente positivos pela respectiva média geométrica do conjunto, obtém-se um novo conjunto de números com uma média geométrica igual a 1.

34. Com o objetivo de planejar e avaliar as políticas públicas na área da educação de uma grande região, realizou-se preliminarmente um levantamento com base em uma amostra aleatória de 5.000 pessoas. O resultado apresentado foi:

Sexo	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Total
Masculino	1.000	800	200	2.000
Feminino	1.200	1.500	300	3.000
Total	2.200	2.300	500	5.000

Grupo A: Pessoas que concluíram o Ensino Fundamental e não prosseguiram os estudos.

Grupo B: Pessoas que concluíram o Ensino Médio, mas não concluíram o Ensino Superior.

Grupo C: Pessoas que concluíram o Ensino Superior.

Nesta amostra, a porcentagem de pessoas que são do sexo feminino ou que concluíram o Ensino Superior é

- (A) 56%
(B) 64%
(C) 66%
(D) 70%
(E) 76%
35. A média aritmética dos salários dos 140 empregados de uma empresa X excede em R\$ 250,00 a média aritmética dos salários dos empregados de uma outra empresa Y. Sabe-se que a soma dessas duas médias é igual a R\$ 1.650,00 e o total dos salários pagos em cada uma das empresas são iguais. O número de empregados de Y é
- (A) 160
(B) 170
(C) 180
(D) 190
(E) 200



36. Um investidor avalia que, num investimento, ganha 5000 reais com probabilidade p , perde 2500 reais com probabilidade p^2 e não ganha nada caso contrário. Se, nessas condições, o ganho esperado do investidor for de 1600 reais, o valor de p é
- (A) $\frac{1}{3}$
- (B) $\frac{3}{5}$
- (C) $\frac{1}{5}$
- (D) $\frac{2}{5}$
- (E) $\frac{2}{3}$
-
37. Uma Universidade tem 90% dos estudantes matriculados nos cursos de Graduação e 10% nos de Pós-Graduação. Entre os estudantes dos cursos de Graduação, 40% cursam Ciências Exatas, 30% cursam Ciências Biológicas e os demais cursam Ciências Humanas. Entre os estudantes de Pós-Graduação 30% são de Ciências Exatas, 40% são de Ciências Biológicas e os demais de Ciências Humanas. Para um aluno escolhido ao acaso dessa escola, a probabilidade dele cursar Ciências Exatas ou ser aluno de Pós-Graduação é
- (A) 0,30
- (B) 0,35
- (C) 0,40
- (D) 0,46
- (E) 0,49
-
38. Num mercado, três corretoras A, B e C são responsáveis por 20%, 50% e 30% do volume total de contratos negociados, respectivamente. Do volume de cada corretora, 10%, 12% e 20% respectivamente, são contratos pós-fixados. Um contrato é escolhido ao acaso e verifica-se que é um pós-fixado. A probabilidade dele ter sido negociado pela corretora B é
- (A) $\frac{5}{7}$
- (B) $\frac{5}{14}$
- (C) $\frac{3}{7}$
- (D) $\frac{6}{15}$
- (E) $\frac{6}{10}$
-
39. A variável aleatória X tem distribuição Binomial onde o número de ensaios é 4. Sabendo-se que $P(X = 1) = P(X = 2)$, o valor esperado de X e $P(X = 3)$ são dados, respectivamente, por
- (A) 1 e $\frac{32}{625}$
- (B) $\frac{2}{5}$ e $\frac{96}{625}$
- (C) $\frac{4}{5}$ e $\frac{8}{625}$
- (D) $\frac{8}{5}$ e $\frac{4}{625}$
- (E) $\frac{8}{5}$ e $\frac{96}{625}$



40. Considere como espaço amostral de um experimento a região do plano cartesiano dada pelo quadrado com vértices $(0,0)$, $(0,1)$, $(1,0)$, $(1,1)$. Suponha que a probabilidade da região A (evento) seja a área dessa região. Considere os eventos:
- $A =$ conjunto de pontos cuja distância à origem, $(0,0)$, seja menor ou igual a 1 e $B = \{(x,y) : x < 0,5 \text{ e } y < 0,5\}$
- A probabilidade de ocorrer A e não ocorrer B, que denotamos por $P(A \cap B^c)$, é dada por
- (A) $\frac{3\pi}{4}$
- (B) $1 - \frac{\pi}{4}$
- (C) $\frac{\pi}{4}$
- (D) $\frac{(\pi - 1)}{4}$
- (E) $\frac{1}{4\pi}$

Gestão Pública

41. Indicadores são instrumentos gerenciais utilizados para identificar, quantificar e medir os resultados obtidos na implementação de política pública, programa ou de um serviço prestado à população. Os indicadores podem ser sistematizados em três categorias: de resultado, de insumo e de acesso. Os indicadores de
- (A) acesso permitem aferir a flexibilidade da gestão e substituem os mecanismos de responsabilização dos gestores públicos.
- (B) acesso são estimados por meio da comparação de grupos de participantes e grupo de não participantes.
- (C) resultado refletem a *priori* os níveis de satisfação com a qualidade com que os objetivos e metas foram cumpridos.
- (D) acesso permitem identificar a existência de fatores que dificultam a utilização de serviços disponíveis.
- (E) insumo permitem medir os efeitos provocados pelas políticas públicas na população.
42. O planejamento estratégico é uma ferramenta gerencial adotada pelas empresas privadas. Sua adoção pela Administração pública possibilita estabelecer um rumo a ser seguido e ajustar a organização em decorrência de mudanças nos ambientes interno e externo à organização. No planejamento estratégico um dos conceitos é o de SWOT: *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades), *Threats* (ameaças). Considerando esse conceito, é correto afirmar:
- (A) O planejamento estratégico deve contemplar as relações entre as variáveis internas e externas da organização.
- (B) Oportunidades e fraquezas são variáveis internas, controláveis pela organização, que podem ajudá-la a beneficiar-se de determinada situação.
- (C) Forças e ameaças são variáveis externas, controláveis pela organização, que podem impactar a sua atuação.
- (D) A análise de oportunidades e ameaças possibilita a definição da missão, dos objetivos e dos valores da organização.
- (E) A identificação de pontos fortes e fracos é resultado de uma análise do ambiente político e econômico da organização.
43. A reengenharia de processos, surgida no final dos anos 1980, apresentou-se como uma revolução, rompendo os paradigmas administrativos tradicionais e preconizando principalmente que
- (A) o estabelecimento de alianças estratégicas entre o poder público e a iniciativa privada constitui condição básica para a redefinição do papel da Administração e a consequente reengenharia dos processos.
- (B) somente a partir da terceirização em larga escala e da recondução do papel do Estado como provedor de serviços essenciais é que se pode definir com clareza os processos e otimizar o desempenho do poder público.
- (C) a mudança em uma organização envolve vários aspectos, devendo ser promovida paulatinamente, fazendo uso metódico e esporádico da ferramenta da tecnologia de informação.
- (D) a mudança em uma organização deve ser radical, ocorrendo de uma só vez, envolvendo mudanças culturais e estruturais, e focada em dois aspectos principais: tecnologia da informação e recursos humanos.
- (E) as mudanças somente ocorrem a partir da fusão de estruturas e eliminação de redundâncias, daí porque a reengenharia deve priorizar a dimensão institucional das organizações.
44. Do ponto de vista do modelo de gestão pública, um aspecto relevante é a distinção entre as atividades exclusivas do Estado daquelas que podem ser exercidas por outras instituições, na implementação das políticas públicas. São consideradas exclusivas do Estado, as atividades
- (A) destinadas à celebração e controle de parcerias público-privadas.
- (B) nas áreas de saúde, educação e moradia por estarem previstas na Constituição.
- (C) exercidas somente por instituições e órgãos da administração indireta.
- (D) destinadas à experimentação, não lucrativas, de novos modelos socioproductivos.
- (E) de formulação de políticas, de fiscalização, de tributação e de regulação.



45. O gerencialismo puro, baseado no modelo britânico introduzido no governo Thatcher, fundou-se, inicialmente, em três pilares: definição clara das responsabilidades de cada funcionário; definição clara dos objetivos organizacionais; e aumento da consciência a respeito do valor dos recursos. De acordo com essas premissas, a maior autonomia dos gestores deve ser complementada por novas formas de controle, a saber:
- (A) controle por resultados, a partir de indicadores de desempenho; controle fiscal e orçamentário, a partir de limites claramente fixados e controle burocráticos.
 - (B) controle social, em substituição ao controle burocrático, pautado pelos princípios da transparência e participação, e que se traduz no conceito de *accountability*, ou seja, de responsabilização dos cidadãos pelos seus atos.
 - (C) controle orçamentário, controle hierárquico e controle social.
 - (D) controle fiscal, de acordo com limites preestabelecidos e controle social, a partir de plebiscitos e referendos.
 - (E) controle por resultados, a partir de indicadores de desempenho; controle contábil de custos; controle por competição administrada, também denominado de “quase-mercados” e controle social.
-
46. A estrutura de uma organização resulta de um processo de definição da departamentalização e dos níveis hierárquicos, de especificação de atividades, grau de formalização e centralização da autoridade, e da criação de um sistema de comunicação. Dentre os diversos tipos de estruturas destacam-se a estrutura funcional, a estrutura matricial e a estrutura em rede ou modular. É correto afirmar que
- (A) a estrutura funcional é a mais utilizada quando as atividades são mais dinâmicas e o ambiente em constante mudança.
 - (B) na estrutura em rede ou modular, a empresa mantém uma estrutura com as atividades principais, nas quais tem maior competência, e terceiriza outras funções para especialistas ou organizações externas.
 - (C) na estrutura funcional, a departamentalização pode ocorrer somente por função, detendo esta todos os conhecimentos e recursos necessários à sua atuação.
 - (D) na estrutura matricial, a departamentalização pode ocorrer por critérios geográficos, por processos, por clientes e por produtos, detendo cada um deles os conhecimentos e os recursos necessários à sua atuação.
 - (E) a estrutura matricial é mais adequada para atividades repetitivas e ambientes estáveis.
-
47. A gestão pela qualidade é processo gerencial adotado pelas empresas privadas. Sua adoção pela administração pública possibilita estabelecer um processo de melhoria contínua no atendimento às necessidades da população. O processo de melhoria contínua pode ser representado no
- (A) diagrama de Pareto.
 - (B) organograma.
 - (C) ciclo PDCA.
 - (D) fluxograma.
 - (E) diagrama de causa-efeito ou Diagrama de Ishikawa.
-
48. Em decorrência da busca por padrões elevados de desempenho e de excelência na gestão de serviços públicos, a Administração pública deve obedecer determinados princípios fixados na Constituição Federal. Dentre esses princípios está a
- (A) efetividade.
 - (B) eficiência.
 - (C) descentralização.
 - (D) desconcentração.
 - (E) eficácia.
-
49. A gestão de desempenho faz parte de um processo maior de gestão organizacional. A gestão do desempenho
- (A) consiste na análise integrada dos pontos fortes e fracos da organização, das oportunidades e das ameaças externas, resultando na elaboração de um cenário dentro do qual é avaliado o desempenho da organização.
 - (B) tem como objetivo avaliar o desempenho da organização em relação a quatro fatores: o financeiro, os clientes, os processos internos e aprendizado e crescimento.
 - (C) consiste num processo contínuo e integrado de atividades que compreende a definição de metas e objetivos; recursos necessários e indicadores de desempenho; o acompanhamento das atividades e a avaliação dos resultados.
 - (D) compreende a definição de metas financeiras, a atribuição individualizada de responsabilidades aos funcionários e a cobrança periódica de resultados.
 - (E) envolve todos os funcionários num processo contínuo de mútua avaliação entre os níveis hierárquicos e, entre os membros da organização e seus clientes.
-
50. A avaliação pelo gestor público das políticas, programas e projetos implementados pela Administração pública, pode ser realizada segundo três metodologias básicas: avaliação de metas, avaliação de impacto e avaliação de processo. A avaliação de
- (A) processo tem como objetivo medir o grau de cobertura do programa ou projeto, estabelecer o grau em que está alcançando a população beneficiária e produzir dados para a reprogramação das ações.
 - (B) processo ocorre simultaneamente com a avaliação de metas.
 - (C) metas tem como objetivo medir o grau de êxito que um programa ou projeto obtém em relação ao processo e ao seu impacto.
 - (D) metas e de impacto ocorrem concomitantemente à implementação do programa ou projeto.
 - (E) impacto tem como objetivo identificar os efeitos produzidos sobre a população-alvo do programa ou projeto e produzir dados para reprogramação das ações.



51. Um processo é uma sequência de atividades de trabalho no tempo, no espaço, com começo, fim e recursos claramente identificados. A gestão por processos
- (A) aplica-se na Administração pública de maneira exclusiva em processos de apoio e de orçamento e finanças.
 - (B) tem como foco a dinâmica do fluxo de trabalho, implicando a análise de como são executados os processos e a interrelação com as diferentes unidades administrativas que participam de sua execução.
 - (C) é na Administração pública também chamada de burocrática Weberiana.
 - (D) é mais indicada em estruturas organizadas por funções, pois exige alterações substanciais em normas e procedimentos.
 - (E) aplica-se na Administração pública apenas a processos em estágios finalísticos.
-
52. É correto afirmar, segundo o conceito de liderança situacional de Hersey e Blanchard, 1986, que
- (A) o líder ideal deve transferir para o liderado a responsabilidade das decisões e da sua execução.
 - (B) o líder deve sempre explicar suas decisões e oferecer oportunidades de esclarecimento, procurando persuadir os liderados.
 - (C) o verdadeiro líder deve tomar todas as decisões, fornecendo instruções específicas e supervisionando estritamente o seu cumprimento.
 - (D) o líder deve apenas trocar ideias e facilitar a tomada de decisões, compartilhando sempre as decisões com os liderados.
 - (E) não existe um estilo ideal de liderança, mas um estilo adequado ao estágio de maturidade dos liderados.
-
53. A “gestão pela qualidade total” no setor público significa valorizar princípios e práticas como
- (A) rígido controle e certificação de processos, recrutamento e remuneração de pessoal de acordo com o regime da iniciativa privada e avaliação do funcionário pelo cidadão-cliente.
 - (B) programas permanentes de premiação dos servidores, planejamento estratégico, remuneração por resultados e foco nas estruturas burocráticas.
 - (C) liderança, planejamento estratégico, controle de resultados, motivação do pessoal por meio de incentivos morais relacionados com a missão da organização, reservando um papel secundário ao incentivo financeiro.
 - (D) avaliação de desempenho e remuneração de resultados, exatamente nos moldes idealizados pela iniciativa privada.
 - (E) planejamento estratégico, controle de resultados e programa de premiação com incentivos exclusivamente monetários.
-
54. Cultura organizacional pode ser definida como um sistema de valores e crenças compartilhados que modelam o estilo de administração de uma empresa e o comportamento cotidiano de seus empregados. A cultura permite distinguir uma organização de outras organizações, ou de uma unidade para outra unidade organizacional. A cultura organizacional
- (A) fraca leva a uma organização informal e não estruturada, sustentada essencialmente por uma cultura dominante.
 - (B) forte leva à discordância entre os membros sobre o que a organização apóia, criando imprevisibilidade e incoerência na organização.
 - (C) cria um sentido de identidade para os membros da organização ou das unidades organizacionais.
 - (D) não se aplica às entidades ou unidades da Administração pública, pois nestas os servidores não mantêm um contrato psicológico com a organização.
 - (E) forte apresenta como resultado específico o aumento da rotatividade do pessoal, pois cria um ambiente interno de baixo controle comportamental, mas com adequado comprometimento com os valores organizacionais.
-
55. A Administração pública o tem adotado como prática de contratualização de resultados com terceiros e com suas próprias entidades públicas, na execução de serviços públicos. É o instrumento pelo qual se concretiza a contratualização entre entidades da própria Administração pública. Trata-se
- (A) da concessão de serviço público.
 - (B) do acordo de Programa.
 - (C) do convênio.
 - (D) do contrato de gestão.
 - (E) do termo de parceria.



56. Com relação aos modelos de gestão por competências, considere:
- I. O principal objetivo da gestão por competências é o aperfeiçoamento de habilidades práticas.
 - II. A gestão por competência procura desenvolver características inerentes a uma pessoa que podem ser relacionadas com o desempenho superior na realização de uma tarefa ou em uma determinada situação.
 - III. A gestão por competências visa descobrir o talento natural de cada pessoa, talentos que podem vir a ser aprimorados.
 - IV. O diferencial na gestão por competências de uma empresa não é a competência de seus membros, mas a qualidade da combinação ou articulação entre seus elementos.
 - V. Na gestão por competências enfatizam-se os conhecimentos que a pessoa precisa adquirir para desempenhar uma tarefa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II.
 - (B) I, III e V.
 - (C) II e IV.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) IV e V.
-
57. O conceito de rede emerge da literatura associado a novas formas de gestão do trabalho e como uma alternativa às estruturas burocráticas e hierárquicas. A concepção de redes interorganizacionais alcançou a ação pública com o fenômeno da reconfiguração produtiva e de reforma do Estado. O denominado Estado-rede combina os seguintes princípios de funcionamento administrativo:
- (A) empreendedorismo estatal, com inserção em atividades produtivas e sujeitas à competição no mercado, alta especialização dos agentes públicos e conjugação de esforços entre o poder público e a iniciativa privada.
 - (B) fomento, regulação, coordenação, utilização da tecnologia da informação, especialização e verticalização das estruturas administrativas.
 - (C) subsidiariedade, flexibilidade, coordenação, participação cidadã, transparência administrativa, modernização tecnológica, transformação dos agentes da administração e retroação na gestão.
 - (D) cooperação, coordenação, transparência, participação e atuação do agente público partindo do modelo burocrático.
 - (E) flexibilidade, compartilhamento de atribuições, mecanismos de integração administração-cidadão e verticalização das estruturas.

-
58. Ao analisar os conflitos frequentes entre os funcionários de um departamento, o setor de recursos humanos de uma organização pública concluiu que “estes eram consequência de uma disfunção resultante de falhas de comunicação, falta de abertura e de confiança entre as pessoas e um fracasso dos administradores em atender às reivindicações salariais de seus funcionários.” Este é um diagnóstico da gestão de conflitos típico de uma visão
- (A) racional.
 - (B) das relações humanas.
 - (C) sistêmica.
 - (D) tradicional.
 - (E) interacionista.

-
59. As mudanças e inovações tecnológicas e a disponibilização de informações ocorrem em ritmo acelerado, de tal modo que pode-se dizer que estamos vivendo em uma sociedade do conhecimento. Nas empresas, a gestão do conhecimento é uma ferramenta estratégica, pois possibilita a inovação e a agregação de valor aos produtos e serviços. A gestão do conhecimento, na Administração pública,
- (A) permite identificar e gerir o conhecimento dos servidores públicos e utilizá-lo na melhoria da capacidade de ação eficaz no atendimento às demandas da sociedade.
 - (B) é dificultada pelo atual modelo gerencial.
 - (C) é uma ferramenta pouco utilizada, pois não gera inovação nem agrega valor aos bens e serviços que produz ou presta para a sociedade.
 - (D) é inviabilizada pela descontinuidade administrativa, ocasionada pelas constantes mudanças de governos, de dirigentes e do alto custo para implementação.
 - (E) tem por finalidade exclusiva propiciar o uso de tecnologia de informação e comunicação.

-
60. O envolvimento e a participação democrática do cidadão são considerados essenciais em política pública. O instrumento que possibilita a participação do cidadão na definição de responsabilidades, missão, objetivos e metas e controle social de políticas públicas denomina-se
- (A) Agência Executiva.
 - (B) Conselho.
 - (C) Sociedade de Propósito Específico.
 - (D) Ouvidoria Pública.
 - (E) Consórcio Público.

**Políticas Públicas**

61. As *policy networks*, que se formam nos sistemas político-administrativos das democracias modernas, caracterizam-se por apresentarem
- (A) redes de atores que se constituem em torno de algumas questões mais estreitamente delimitadas, formando laços de solidariedade relativamente intensos, mas bastante instáveis.
 - (B) um conjunto de associações que representam interesses de grande porte e estabelecem canais relativamente institucionalizados de negociação e gestão em torno de políticas estruturais.
 - (C) estruturas horizontais de ação, densidade comunicativa relativamente alta, sistemas informais de controle mútuo comparativamente intensos e barreiras de acesso relativamente baixas.
 - (D) alto grau de fragmentação e rivalidade entre seus membros, resultando em frágeis laços internos de solidariedade, o que impossibilita a defesa contra outros arranjos organizacionais hierárquicos.
 - (E) processos e procedimentos formais e prescritos pelas constituições que predominam por meio de coalizões burocráticas de caráter hierárquico.
-
62. De acordo com a tipologia de Theodore Lowi,
- (A) uma política efetivamente democrática se apóia em políticas redistributivas, pois são essas que permitem uma mudança nos padrões de distribuição da riqueza de uma sociedade.
 - (B) as políticas funcionais provocam conflitos porque procuram modificar as regras constitucionais pelas quais as classes trabalhadoras aumentam sua força política.
 - (C) as políticas redistributivas sempre alcançam grande nível de consenso político porque seu objetivo é a redução das desigualdades sociais.
 - (D) o objetivo de toda política distributiva é a organização da atividade econômica, de maneira a assegurar a proteção dos cidadãos contra os abusos do poder econômico.
 - (E) o baixo nível de conflito de interesses que ocorre nas arenas regulatórias explica o motivo pelo qual os governos no mundo globalizado vêm tentando reduzir o intervencionismo no mercado e na sociedade civil.
-
63. Políticas públicas são
- (A) apenas aquelas decisões e ações que se revestem de autoridade política soberana.
 - (B) apenas aquelas decisões que são consideradas legítimas por parte dos cidadãos soberanos.
 - (C) apenas as ações coletivas que afetam os interesses da maioria da população de um Estado soberano.
 - (D) as ações coletivas ou individuais que atingem todos os cidadãos de um Estado soberano.
 - (E) as ações que obrigam indistintamente todos os cidadãos de um Estado soberano.
-
64. Uma política pública
- (A) não configura decisões ou ações que envolvem o consentimento de uma comunidade política soberana.
 - (B) é uma questão meramente técnica.
 - (C) nem sempre depende de decisões e ações que se revestem de autoridade política.
 - (D) geralmente envolve mais do que uma decisão política e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.
 - (E) corresponde a uma escolha das autoridades políticas, após ouvir os empresários.
-
65. Com relação às três dimensões clássicas da *policy analysis*, considere:
- I. A dimensão institucional da *politics* tem em vista os processos políticos de caráter conflituoso, dizendo respeito à imposição de objetivos e decisões que afetam a distribuição de poder numa comunidade.
 - II. Nos casos de políticas setoriais novas e fortemente conflituosas, como é o caso da política ambiental, tende a inverter-se a relação de causalidade esperada entre *polity*, *politics* e *policy*.
 - III. No caso de políticas setoriais consolidadas com estruturas de decisão relativamente estáveis, espera-se que a *policy* seja a variável independente.
 - IV. Quanto mais conflituosa a dimensão da *politics*, maior a autonomia da *policy community* na definição dos rumos de determinada política pública.
 - V. A prática comum da *policy analysis* de considerar a *polity* como variável independente e a *policy* como variável dependente tem-se mostrado inadequada para os casos de países em desenvolvimento.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e V.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II, III, IV e V.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) III e IV.



66. Em contraste com a teoria weberiana, a análise das políticas públicas nos estados contemporâneos mostrou que as burocracias
- (A) não têm interesse nem capacidade política para se contrapor aos interesses dos grupos econômicos e políticos dominantes.
 - (B) representam os interesses das maiorias politicamente organizadas que se expressam nos governos eleitos.
 - (C) são os únicos grupos que detêm o conhecimento necessário e suficiente para formular políticas que envolvem um elevado nível de especialização.
 - (D) são capazes de coletar e processar informações relevantes e possuem *expertise* necessária para exercer um papel central na formulação das políticas.
 - (E) são as únicas que podem formular, implementar e avaliar as políticas públicas.

67. Quando se trata de implementar uma política que exige o contato direto da burocracia com os cidadãos deve-se
- (A) delegar a responsabilidade sobre os procedimentos de atendimento a funcionários e cidadãos.
 - (B) terceirizar as atividades que exigem contato direto com os cidadãos para evitar os custos com o controle dos funcionários de linha.
 - (C) estabelecer mecanismos centralizados e automatizados de controle da burocracia responsável pela implementação da política.
 - (D) padronizar o máximo possível os procedimentos de atendimento do pessoal de linha, evitando que estes interfiram na sua formulação.
 - (E) incluir mecanismos de participação da burocracia implementadora tanto na formulação como na execução da política.

68. Ao propor mudanças radicais numa política social, o governador recém eleito de um estado brasileiro recebeu um relatório do gestor responsável pela área com a seguinte conclusão: "(...) é impossível tomar essa decisão sem levar em consideração o horizonte histórico da política em questão, pois a alocação de recursos é um processo contínuo. Deste modo, as decisões que o Sr. precisa tomar hoje estão condicionadas e limitadas pelo comprometimento de recursos que ocorreu no passado recente por seus antecessores."

Essa é uma argumentação baseada em abordagem do tipo

- (A) historicista.
- (B) sistêmica.
- (C) conservadora.
- (D) racionalista.
- (E) incrementalista.

69. Com relação à abordagem do *policy cycle*, considere:

- I. A fase da avaliação de políticas corresponde ao momento crítico onde se toma a decisão de implementar ou não a política, tendo em vista os potenciais impactos e os efeitos colaterais indesejados.
- II. O *policy cycle* é um modelo de tipo empírico que procura descrever da forma mais exata possível o processamento da política. O fato de os processos políticos reais não corresponderem ao modelo teórico indica que o modelo construído é inadequado.
- III. Na fase de elaboração de programas e de decisão, a instância responsável geralmente decide sobre um programa de compromisso negociado antecipadamente entre os atores políticos mais relevantes. Decisões verdadeiras, isto é, escolhas entre várias alternativas de ação são raras exceções nesta fase do ciclo político.
- IV. Na fase da percepção e definição de problemas, o que interessa analisar é a questão de como em um número infinito de possíveis campos de ação política, alguns *policy issues* destacam-se como mais apropriados para um tratamento político e conseqüentemente acabam gerando um *policy cycle*.
- V. O controle de impacto não tem que ser realizado exclusivamente no final do processo político, mas pode acompanhar as diversas fases do processo e conduzir a adaptações permanentes do programa e, com isso, propiciar uma reformulação contínua da política.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III, IV e V.



70. Com relação à abordagem das arenas de políticas, considere:

- I. A política estruturadora diz respeito à própria esfera da política e suas instituições condicionantes, refere-se à criação e modelação de novas instituições, à determinação dos processos de negociação, de cooperação e de consulta entre os atores políticos.
- II. Essa abordagem parte do pressuposto de que as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas são decisivas para a configuração do processo político. Os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas são incorporados pelo processo político de decisão e de implementação.
- III. Políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão, dependem da configuração concreta das políticas.
- IV. Políticas redistributivas são caracterizadas por um baixo grau de conflito político, visto que não acarretam custos pelo menos diretamente perceptíveis para outros grupos.
- V. Políticas distributivas são orientadas para o conflito, pois o objetivo é o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores, entre camadas sociais e nações.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) III, IV e V.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) I e V.

71. O modelo de Fluxos Múltiplos de Kingdon é considerado o mais adequado para explicar como as agendas são definidas e decididas por governos. Com relação a essa abordagem, considere:

- I. Apenas o contexto político favorável é suficiente para que uma política seja aprovada, uma vez que as soluções tecnicamente viáveis estão sempre disponíveis.
- II. Uma “janela de oportunidade” para a aprovação de uma política se abre sempre que problemas e soluções convergem em um contexto político favorável.
- III. Uma situação qualquer se transforma num problema da agenda governamental sempre que uma *policy community* encontra uma solução politicamente aceitável.
- IV. Empreendedores da política são agentes essenciais para que a articulação entre problemas e soluções resulte em decisões governamentais favoráveis.
- V. Atores “invisíveis” são aqueles que efetivamente definem a agenda, enquanto os “visíveis” tem apenas poder de influência na escolha de alternativas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e V.

72. Com relação às condições reais para a implementação de uma política em um contexto político e social complexo, considere:

- I. Uma política só pode ser implementada se estiver baseada numa teoria que saiba exatamente a relação entre a causa (de um problema) e o efeito (de uma solução que está sendo proposta).
- II. Em situações de alta complexidade uma só agência deve ser responsável pela implementação de uma política, evitando depender de outras agências para ter sucesso.
- III. Em contextos complexos, dificilmente haverá completa compreensão e consenso quanto aos objetivos a serem atingidos, e os implementadores devem reconstruir o possível consenso a cada etapa do processo de implementação.
- IV. Em processos de implementação de políticas que envolvem múltiplos atores e arenas, aqueles que exercem posições de comando devem ser capazes de obter efetiva obediência de todos os envolvidos, por meio de normas burocráticas.
- V. O maior obstáculo para o sucesso de uma política em ambientes complexos é a dificuldade de comunicação clara e direta entre os atores envolvidos tanto na formulação quanto na implementação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) III e V.
- (C) II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, III e V.



73. Com relação ao modelo de federalismo fiscal de Tiebout, considere:
- I. Segundo esse modelo, os cidadãos são vistos como atores públicos que procuram lutar pela redução dos custos dos serviços por meio da ação política frente aos governos locais.
 - II. Segundo esse modelo, a centralização de uma política é a solução para os problemas fiscais.
 - III. Esse modelo aplica-se melhor à escala regional/local, especialmente a regiões metropolitanas, pois pressupõe uma mobilidade perfeita dos indivíduos.
 - IV. O modelo do “votos com os pés” de Tiebout só se aplica quando a eficiência das políticas públicas não depende de economias de escala e os custos administrativos não são excessivamente altos em nível local.
 - V. Os resultados desse modelo permitem concluir que a competição interjurisdicional, quando não regulada pelo governo central, não levaria à guerra fiscal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) I e V.
 - (C) II e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) III, IV e V.
-
74. O processo de descentralização que sucedeu a Constituição Federal de 1988 resultou, em um primeiro momento, entre outros problemas, em uma exacerbação do municipalismo autárquico. Esse diagnóstico indica, como um dos maiores problemas do federalismo brasileiro, a
- (A) grande distorção da representação política estadual no Congresso Nacional, favorecendo os grandes estados da federação.
 - (B) grande autonomia política, financeira e administrativa dos pequenos municípios para executar as políticas de sua exclusiva responsabilidade.
 - (C) excessiva centralização das políticas de educação e saúde.
 - (D) indefinição do papel dos estados na provisão de serviços em arranjos cooperativos, seja com os municípios seja com a União.
 - (E) forte descentralização fiscal pós-Constituição de 1988, que reduziu a capacidade do governo federal de financiar políticas redistributivas.
-
75. Segundo as abordagens contemporâneas, um processo de implementação de políticas bem sucedido
- (A) depende da existência de redes sociais com baixo nível de assimetria, informação completa sobre os impactos da política e baixo nível de conflito social.
 - (B) envolve a negociação centralizada entre associações que exerçam o monopólio da representação dos interesses sociais e econômicos afetados pela decisão.
 - (C) pressupõe que os objetivos estejam clara e detalhadamente definidos, os recursos sejam suficientes, o ambiente não seja conflitivo e haja boa vontade por parte dos implementadores.
 - (D) pode ocorrer mesmo quando os objetivos são difusos, os recursos são insuficientes e as circunstâncias que cercam o trabalho da Administração sejam conflitivos.
 - (E) exige burocracias profissionais protegidas dos interesses corporativos e empresariais, informações completas sobre os impactos potenciais da política e baixo nível de conflito social.
-
76. Segundo estudos comparados recentes, os Estados federativos estão sujeitos a vários problemas que afetam a implementação das políticas públicas. No caso brasileiro, essas dificuldades foram, em parte, compensadas
- (A) pela obrigação legal de cooperação entre governos locais por meio de consórcios públicos em áreas como saúde e meio ambiente.
 - (B) pela capacidade financeira e legal do governo federal para induzir a cooperação intergovernamental em determinadas políticas.
 - (C) pela clara distribuição constitucional das competências e dos recursos fiscais necessários à realização das políticas próprias a cada nível de governo.
 - (D) pela instituição de mecanismos de coordenação intergovernamental, como o Conselho de Gestão Fiscal criado pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (E) pelo estímulo à competição intergovernamental por meio da liberalização do financiamento privado de políticas sociais.



77. A respeito dos mecanismos de controle social antes e depois de 1988, considere:
- I. A Constituição Federal de 1988 formalizou um sistema de controle social que representou a consolidação jurídica e institucional dos conselhos comunitários e populares criados na década de 1970.
 - II. Os atuais conselhos locais, estaduais e nacionais são estruturas jurídico-constitucionais de caráter permanente, com atribuições deliberativas, alocativas e regulatórias.
 - III. O que diferencia os conselhos comunitários e populares dos anos 1970/1980 dos conselhos gestores instituídos pela CF de 1988 é o caráter deliberativo dos primeiros em contraste com a natureza somente consultiva dos segundos.
 - IV. A principal característica dos conselhos gestores atuais é a sua natureza institucional híbrida, expressa pela composição paritária entre Estado e Sociedade Civil.
 - V. Os atuais conselhos gestores podem ser considerados mecanismos que substituem a democracia representativa.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e V.
 - (B) III, IV e V.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) II e III.
-
78. Diferentemente dos conselhos municipais setoriais, a adoção de formas de Orçamento Participativo (OP)
- (A) encontra seu principal obstáculo na participação maciça da sociedade, que não tem qualificação técnica para elaborar um orçamento.
 - (B) é um mecanismo participativo que incorpora membros da comunidade local ao processo decisório sobre a alocação de parcela dos recursos orçamentários municipais.
 - (C) foi introduzida por legislação federal, aprovada pelo Congresso em 2004.
 - (D) é uma política de tipo *bottom-up*, isto é, decidida e operada pelas comunidades locais, com suporte financeiro de governos municipais e estaduais.
 - (E) tem apresentado reduzido impacto redistributivo na alocação de recursos orçamentários porque foi capturado por interesses dos servidores clientelistas.
-
79. De acordo com muitos analistas, a forma assumida pela descentralização brasileira dos anos 1980 criou uma série de dificuldades para o equilíbrio federativo. Isto ocorreu porque
- (A) os mecanismos de transferência constitucional (como o FPE e o FPM) privilegiaram os grandes centros metropolitanos em detrimento dos municípios menores, especialmente aqueles situados nas regiões Norte e Nordeste.
 - (B) a União continuou elevando suas receitas disponíveis, dada a natureza conservadora da transição democrática, restando a estados e municípios recorrer ao endividamento.
 - (C) o volume de transferências condicionadas, muito superior ao das transferências automáticas, manteve a maior parte das unidades federadas subordinadas aos interesses políticos da União.
 - (D) a maior parte dos recursos do governo federal, destinado para estados e municípios após a redemocratização, seguiu por meio das chamadas transferências voluntárias, que permitiam elevado nível de discricionariedade e politização das relações intergovernamentais.
 - (E) o principal mecanismo de transferência federal – os fundos de participação – foi direcionado principalmente para os estados e municípios com menor população e arrecadação, em detrimento dos municípios e regiões em que as demandas sociais por serviços e investimentos eram mais intensas.
-
80. Com relação aos problemas da *accountability* nas democracias da América Latina, segundo Guillermo O'Donnell ("Uma Outra Institucionalização: América Latina e Alhures". *Lua Nova*, nº 37, 1996), é correto afirmar:
- (A) Nesse regime híbrido, as relações entre os poderes executivo e legislativo tornam-se estratégicas. Conflitos entre os dois poderes tendem a reforçar as arenas decisórias localizadas em burocracias insuladas com impactos negativos para os rumos da democracia.
 - (B) Nas novas poliarquias latinoamericanas, afirma O'Donnell, há ausência quase total de institucionalização, combinando-se eleições fraudulentas e instituições políticas não formalizadas, com destaque para o universalismo.
 - (C) Nas democracias delegativas, a ênfase na *accountability horizontal* (entre as agências públicas), em detrimento da prestação de contas vertical, burocratiza os processos de tomada de decisão das políticas governamentais.
 - (D) O termo democracia delegativa caracteriza um novo tipo de democracia, que se distingue das democracias representativas mais antigas pela obrigação dos governantes cumprirem mandatos imperativos, isto é, como uma delegação do eleitor que não pode ser questionada ou alterada.
 - (E) Uma democracia delegativa pressupõe um presidente eleito fortemente constringido pelos grupos sociais que o elegeram e que responde aos controles horizontais.